

GUILHERME ZIEBELL DE OLIVEIRA¹
JOÃO MARCELO CONTE CORNETET²
JULIEN MARCEL DEMEULEMEESTER³
ROBERTO JACOB FLECK⁴

A Questão do Acre: internacionalização dos interesses sobre a contenda acreana

Resumo

A Questão Acreana aparentava ser apenas uma contenda bilateral entre Bolívia e Brasil, entretanto constituiu-se em um impasse imerso nos entremeios de um tabuleiro estratégico muito mais complexo, moldando a nova balança de poder e de interesses que se configurava na América do Sul. Neste contexto, a Bolívia estava em situação de clara desvantagem, ameaçada territorialmente pelo Brasil no Acre, pelo Chile no Pacífico, pelo Peru no Títicaca e pela Argentina no Atacama. Para garantir a continuidade de sua existência, o país andino apelou para a concessão de parte de seu território legal a uma companhia de capitais essencialmente norte-americanos, o Bolivian Syndicate, acreditando que assim conseguiria o apoio político dos Estados Unidos nos litígios territoriais que vinha enfrentando. A busca do apoio estadunidense não foi fortuita; pelo contrário, foi fruto de um projeto meticulosamente orquestrado por bolivianos e americanos, visando atender os projetos imperialistas deste e garantir a segurança territorial daquele. Com o surgimento da possibilidade de instalação de uma companhia essencialmente norte-americana na região, o Brasil e outros Estados sul-americanos vêem a sua soberania territorial, bem como seus interesses econômicos, ameaçados pela expansão imperialista estadunidense que se alastrava pelo continente. Desta maneira, em meio ao complexo jogo político que envolveu a questão acreana surgiram impasses diplomáticos entre os principais players da América do Sul e Europa, moldando os rumos políticos e econômicos do continente sul-americano em fins do século XIX e início do século XX.

Palavras-Chave: Questão do Acre, Bolivian Syndicate, Tratado de Petrópolis

Abstract

The Acrean Question, which at first seemed a simple bilateral disagreement between Brazil and Bolivia, can nevertheless be considered a con-

“(...) com tanta margem para questionamentos quanto à legitimidade de cada Estado em cada região, alimenta-se um grande jogo de poder internacional (...)”

1 Graduando em Relações Internacionais na UFRGS e BIC do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT) da mesma universidade. E-mail: oliveiragz@gmail.com.

2 Graduando em Relações Internacionais na UFRGS. E-mail: jmcornetet@gmail.com

3 Graduando em Relações Internacionais na UFRGS. E-mail: julienmade@hotmail.com

4 Graduando em Relações Internacionais na UFRGS. E-mail: roberto-fleck@hotmail.com

flict positioned at the heart of a much more multifaceted arena, contributing for the establishment of the new balance of power and interests in South America. In such context, Bolivia was in clear detrimental position, territorially threatened by Brazil in Acre, by Chile in the Pacific, by Peru in Titicaca and by Argentina in the Atacama. In order to guarantee its very existence, the Andean country called on the granting of part of its legal territory to a mainly American possessed company, the Bolivian Syndicate, willing to achieve political support from the United States of America for the territorial disputes it faced. Such pursuit of American support was not accidental; it rather was a project carefully orchestrated by Bolivians and Americans, aiming on collaborating with the imperialist projects of USA and guaranteeing the territorial security of Bolivia. With the likely setting of a mainly American company in the region, Brazil and other South American States saw their national sovereignty – as well as their economical interests – threatened by the American imperialist expansion on course throughout the continent. Thus, surrounded by this complex political game, diplomatic clashes arose among the South American and European main players, molding the political and economic future of the South American continent in the closing stages of the XIX century and beginning of the XX century.

Key Words: The Acrean Question, Bolivian Syndicate, Petropolis Treaty

1 Introdução

Os acontecimentos da política internacional no continente sul-americano durante o século XIX, quando os países atingiam e consolidavam suas independências das metrópoles européias, por ocorrerem em um ambiente de relativa anarquia, são de uma complexidade ímpar, abrindo margem para interpretações muito divergentes por parte de analistas das Relações Internacionais. Dentre eles, a controvérsia do litígio territorial entre a Bolívia e o Brasil acerca do território acreano, episódio consagrado pela historiografia como A Questão do Acre, ocasiona até hoje controvérsias teórico-acadêmicas ligadas às suas reais causas, ao seu desfecho e ao contexto geral em que ocorre.

Assim, propomos, com a elaboração deste artigo, analisar a produção acadêmica já existente sobre o tema, levantando os pontos mais coerentes propostos por cada autor, a fim de desvendar as verdadeiras variáveis políticas, econômicas e sociais envolvidas no processo e, desta forma, desenvolver de forma sucinta uma análise abrangente sobre a questão. A linha de análise que seguimos abrange a retomada histórica geral, a contextualização diplomática do conflito mediante a análise da Revolução Acreana e as divergências em torno do *Bolivian Syndicate*, que causou a internacio-

nalização dos interesses envolvidos na contenda. Após a exposição dessas informações, concluímos re-evocando os pontos-chave propostos.

2 Desenvolvimento

2.1 Retomada Histórica

O final do século XIX se mostrou bastante conturbado para o Brasil, que além dos problemas com Argentina, Uruguai e Paraguai, enfrentou um conflito de fronteiras com a Bolívia e com o Peru. A Questão Acreana se estendeu até a primeira década do século XX, e só foi resolvida graças à habilidade diplomática do então Ministro das Relações Exteriores brasileiro, José Maria da Silva Paranhos, o Barão de Rio Branco. O Tratado de Petrópolis, juntamente com o Tratado do Rio de Janeiro, desempenha papel fundamental na definição das atuais fronteiras do território brasileiro.

O interesse boliviano no território que hoje caracteriza o Acre era fruto de uma demanda não declarada explicitamente. Em tendo acesso apenas ao Oceano Pacífico (através do Chile e do Peru), os bolivianos almejavam alcançar o Atlântico e o Caribe, através do acesso ao Rio Amazonas. O Brasil, renitente à abertura do Rio Amazonas à navegação de outras nações se viu, à época da Guerra do Paraguai, compelido a ceder às reivindicações bolivianas, pois temia que a Bolívia se associasse ao Paraguai na guerra. Nesse contexto, em 1866 o Brasil assina o Tratado de Ayacucho, que reconhecia o território do Acre como boliviano.

No período de 1877-79, a grande seca que assolou o nordeste brasileiro intensificou a migração e o processo de ocupação do território acreano, fazendo com que muitos dos habitantes da região quisessem vê-la transformada em estado da Federação brasileira. Em 1899, entretanto, é fundado, à margem esquerda do Rio Acre, com o consentimento e apoio do governo brasileiro, o povoado de Puerto Alonso, junto ao qual foi fundado um posto alfandegário. Essa oficialização da soberania boliviana na região promoveu o que se configurou como a primeira insurreição acreana. Em abril do mesmo ano, um grupo de cerca de quinze mil brasileiros, comandados por José Carvalho e apoiados pelo governo do Amazonas, expulsou os bolivianos da região e trocou o nome do povoado para Porto Acre, proclamando, em 14 de julho do mesmo ano, a República Acreana Independente. O governo brasileiro, entretanto, em respeito ao Tratado de Ayacucho de 1866, reconheceu o território como sendo pertencente à Bolívia e enviou uma flotilha da Marinha, que deu fim à “República do Acre”.

No início do século XX, receoso em relação à situação das terras consideradas acreanas pelos brasileiros, o presidente boliviano, Gen. José Manuel Pando, assina um contrato de arrendamento do território para uma *chartered company* majoritariamente inglesa e estadunidense, constituindo assim o

Bolivian Syndicate. Este contrato previa que o grupo assumiria, por um período de trinta anos, o controle sobre a região, sendo responsável tanto pelas movimentações alfandegárias quanto militares. O governo brasileiro, entretanto, se mostrou significativamente descontente com o contrato e temeroso em relação à sua soberania territorial. Nesse contexto tenso, começou a ganhar força uma nova revolta. Comandado por Plácido de Castro, com o apoio dos proprietários de seringais amazonenses e dos seringueiros, o levante que ficou conhecido como “A Revolução Acreana” tomou a atual região do Acre e proclamou ali a Terceira República do Acre, desta vez com o apoio do Presidente Rodrigues Alves.

Em 1902, no contexto do acirramento da Questão Acreana, José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, foi convidado pelo Presidente Rodrigues Alves a assumir o Ministério das Relações Exteriores. Diferentemente do tratamento que vinha sendo dado à questão, Rio Branco adotou uma abordagem política da contenda, admitindo que aquela era uma questão litigiosa entre Brasil e Bolívia, e buscou a negociação de um tratado que resolvesse a situação. Utilizando-se da defesa de que o Brasil havia feito, ao longo dos anos, uma interpretação errônea do Tratado de Ayacucho visando a favorecer a Bolívia, o Barão do Rio Branco propôs um acordo ao *Bolivian Syndicate*, com a intermediação dos Rothschild, agentes financeiros do Brasil na Grã-Bretanha, no qual ficava disposto que o consórcio renunciava a qualquer direito, mediante o pagamento de uma indenização no valor de 110 mil libras esterlinas pelo Governo brasileiro. Paralelamente, ordenou a ocupação do território acreano pelos brasileiros e determinou que fossem enviadas tropas e embarcações militares para a região, no intuito de dissuadir quaisquer iniciativas de retaliação por parte da Bolívia.

Depois de alguns meses de negociações, foi elaborado o Tratado de Petrópolis, em que ficava acordado o compromisso brasileiro de construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré, que facilitaria o escoamento da produção boliviana; a garantia de trânsito pelos rios da região; a cessão da região meridional do Acre, por parte da Bolívia, ao Brasil; e o recebimento de compensações territoriais por parte do governo boliviano que, não sendo equitativas, resultaram no pagamento de uma indenização de dois milhões de libras esterlinas ao governo boliviano por parte do governo brasileiro. O *Bolivian Syndicate*, percebendo que seria impraticável atuar na região, aceitou um acordo de rescisão contratual, mediante uma compensação financeira. O Tratado de Petrópolis foi assinado em dezembro de 1903 pelo governo boliviano e, depois de aprovado pela Bolívia, foi submetido ao congresso brasileiro, que o aprovou em janeiro de 1904, encerrando a questão fronteiriça entre Brasil e Bolívia.

2.2 Período anterior aos conflitos (de 1850 a 1899): A Balança de Poder como Condicionante Diplomática

No século XIX, as independências das antigas colônias ibéricas na América Latina, tendo

consistido em movimentos dispersos e republicanos na América espanhola e movimento centralizado e monárquico na América portuguesa, produziram um novo contexto geopolítico no continente, com Estados autônomos novos, países nascentes com interesses particulares. Neste novo tabuleiro continental, os novos jogadores (os Estados, se alçarmos mão a uma análise realista das Relações Internacionais) apresentavam-se com interesses muitas vezes divergentes, como nos inúmeros litígios territoriais que ocorreram entre praticamente a totalidade dos países limítrofes. Buenos Aires e Sucre (capital da Bolívia) disputavam a região de Tarija; o deserto do Atacama era disputado entre Peru, Chile e Bolívia; a zona do Prata era disputada entre Brasil, Uruguai e Argentina, entre outros muitos exemplos.

Assim, com tanta margem para questionamentos quanto à legitimidade de cada Estado em cada região, alimenta-se um grande jogo de poder internacional, no qual as potências regionais (mais marcadamente a Argentina e o Brasil), os demais Estados-jogadores do continente e as potências externas, com interesse e alcance globais (notadamente a Inglaterra e os Estados Unidos), lutavam para alcançar os interesses de seus poderes da maneira como podiam. Neste ínterim litigioso, cremos que o conceito de equilíbrio explica parte notável dos fatos e eventos, valendo lembrar a frase de Kenneth Waltz (1988) de que *se existe alguma teoria claramente política da política internacional, esta é a do equilíbrio do poder*. Através de sua teoria de 1979, de aplicação prática (ainda que restrita), George Liska sustenta que os Estados criam e sancionam um equilíbrio nos sistemas em que estão inseridos, distribuindo, de maneira harmônica, “segurança, bem-estar e prestígio, dentro das pré-condições existentes de equilíbrio institucional, político-militar e socioeconômico”. Há que se ressaltar, contudo, que se este processo de ajuste ao equilíbrio de fato essencialmente ocorre, ele não acontece de maneira tão rápida e harmônica, dado a anarquia do sistema em questão.

Na América do Sul, todavia, as consequências da característica anárquica supracitada foram recorrentemente ofuscadas pela dependência que os países nascentes tinham com a Europa e com os Estados Unidos, dependência essa que provavelmente impediu certos conflitos de serem deflagrados, uma vez que não possuíam, salvo exceções, o aval dessas potências para ocorrer, e uma vez que a capacidade dos países de promover guerras era sempre restrita, já que o aparato militar dos mesmos era recorrentemente rústico e de efetividade baixa, aumentando os custos econômicos e políticos para solucionar os litígios pelo uso da força. Assim, a frequência acentuada com que os Estados recorreram a arbitragens internacionais para resolver controvérsias ilustra na prática este ponto.

Com esta noção realista da forma com a qual os Estados se relacionam, temos um escopo teórico prático e adequado para compreender a anarquia das relações internacionais sul-americanas entre a segunda metade do século XIX e início do século XX. Basicamente, o equilíbrio pode ser

dados de muitas formas, podendo representar qualquer distribuição de poder, a assimetria em favor de um país mais poderoso, a constituição de um contrapeso de poder ou, ainda, a política consciente de impedir um poder hegemônico. Assim, era neste panorama geral geopolítico que os Estados recém nascidos da república boliviana e do império brasileiro lutavam para consolidar suas independências e regimes, além de maximizar seus poderes, estendendo *ad maximus* o alcance de seus controles sobre territórios e recursos.

2.3 A Revolução Acreana e a Relação Brasil-Bolívia

A partir do ano de 1899, as tensões em torno da posse e ocupação do Acre se intensificam e tomam proporções conflituosas entre a população acreana, o governo boliviano e o governo brasileiro. O interregno compreendido nos dois seguintes anos é marcado pelo avanço de forças bolivianas em território acreano e sua respectiva defesa pelos reacionários brasileiros que lá habitavam, estes apoiados pelo governo do Amazonas, que, por sua vez, tinha interesse em expandir suas fronteiras na região. Neste contexto, o governo federal brasileiro se posiciona em apoio às forças bolivianas e em repressão aos revolucionários acreanos, contrariando o princípio de *utis possidetis*, que há um século e meio era predominantemente adotado pela diplomacia brasileira no que tange a questões fronteiriças.

A geografia, mais que a geopolítica, explica por que os bolivianos jamais conseguiram ocupar o Acre. Os caminhos que separavam La Paz desse território eram longos, demorados e onerosos, exigindo dar uma volta quase completa ao continente (JÚNIOR, 2003). O crescimento da demanda internacional por borracha e a necessidade de uma saída ao Atlântico pelo Rio Amazonas empenharam o Governo Boliviano a mudar de atitude frente à ocupação brasileira no local. Em janeiro de 1899, José Paravicini - Ministro Plenipotenciário da Bolívia no Rio de Janeiro - decide oficializar a posse do território boliviano ao criar o município de Puerto Alonso⁵ e instalando nesta localidade um posto alfandegário, previamente autorizado pelo Itamaraty, além de abrir, por decreto, diversos rios à navegação estrangeira, negligenciando o fato de alguns trechos destes percorrerem território brasileiro (ALVES, 2005).

Em contrapartida, o Governo Brasileiro insiste em reconhecer que, pelo Tratado de Ayacucho, aquelas terras eram incontestavelmente bolivianas e acata as decisões de Paravicini, levando ao estopim de um período de tensões entre 15 mil⁶ acreanos, apoiados pelo Governo de Manaus, e os

5 Desde a época denominado Porto Acre pela população brasileira.

6 Segundo Alves (2005), este é o número de insurgentes que se unem a José Carvalho na primeira insurreição acreana. À época, conforme Bandeira (2000) sessenta mil brasileiros habitavam a região do Acre.

governos federais brasileiro e boliviano. Após seis meses de ocupação estrangeira desde a chegada de Paravicini, não havia como conter a revolta dos espoliados. A divulgação de um acordo diplomático entre Estados Unidos e Bolívia, no qual constava que o primeiro apoiaria militarmente o segundo em caso de conflito com o Brasil, levou a uma nova insurreição em julho deste mesmo ano, capitaneada por Luiz Galvez Rodrigues de Arias, que proclama, à 14 de julho de 1899, o Estado Independente do Acre (RICARDO, 1954).

A atitude das autoridades brasileiras em apoiar os avanços bolivianos contra o Acre e a insistência em conceber razão à nação vizinha pela posse do território é objeto de surpresa e indignação por parte de alguns autores. Como escrevem José de Andrade e Danilo Limoeiro:

“Surpreendentemente, o Governo brasileiro autorizou, em protocolo de setembro de 1898, a Bolívia a instalar postos alfandegários na região, tida como litigiosa. (...) Surpreendentemente, mais uma vez, tentou sufocar a insurreição dos brasileiros que exigiam a posse do território acreano. Enviou, o Brasil, flotilhas para apoiar o restabelecimento da soberania boliviana na região, o que foi logrado com a rendição dos insurgentes”. Após uma nova tentativa de reação ser derrotada, “o Governo Federal cooperou com o esforço de pacificação, ao criar um consulado no Acre, reconhecendo a soberania do país vizinho sobre aquela região.” (ANDRADE/LIMOEIRO, 2003)

De fato, o que levou o governo brasileiro a adotar tamanha contraposição a sua herança política e diplomática, a ponto de remeter forças nacionais e financiar um avanço de tropas estrangeiras contra brasileiros, que há três décadas conquistaram e se estabeleceram naquele território? O período diplomático que se inicia com a Proclamação da República, em 1889, é caracterizado por uma aproximação política e econômica aos Estados Unidos, em detrimento das relações voltadas à Inglaterra praticadas durante o Brasil Império. Quanto às disputas pelo Acre, o Governo Americano já havia, no entanto, declarado sua aliança com a Bolívia caso um conflito entre as duas nações sul-americanas eclodisse. Desta forma, um enfrentamento militar contra as tropas bolivianas (cuja ocupação era juridicamente correta, pois o território lhes era posse legal) levaria inevitavelmente a um conflito diplomático contra os americanos, prejudicando o processo de substituição de dependência econômico-financeira brasileira que se desencadeava, de Londres para Washington.

Os EUA, por sua vez, possuíam, em um embate entre Bolívia e Brasil, um excelente pretexto para sua inserção no próspero mercado da borracha. Estavam cientes de que os lucros oriundos da

exploração de látex seriam mais acessíveis no caso de vitória da nação não estabelecida no local, a qual lhe garantiria oportunidades de exploração na região, visto que não possuíam meios eficazes de fazê-la em grande escala. Uma vitória brasileira (caso o governo houvesse apoiado seus nacionais) tornaria o acesso à matéria-prima desejada muito menos provável, pois haveria de se dismantelar todo um complexo produtivo pertencente aos habitantes locais. Em discurso parlamentar de 19 de setembro de 1900, Rui Barbosa demonstra perfeita visão dos interesses americanos:

“São conhecidas as aspirações da nossa estimável irmã da América do Norte a respeito da borracha; é notório seu apreço pelo torrão maravilhoso possuído pelo Brasil nas margens amazônicas; são bem conhecidas as transações ultimamente efetuadas no estrangeiro a respeito de grandes trechos daqueles vastos e ferocíssimos territórios; e, mais cedo ou mais tarde, dentro de pouco tempo, talvez fiquemos privados daquelas zonas, as vejamos em mãos estrangeiras” (Obras Completas de Rui Barbosa, 1951).

No âmbito interno, as oligarquias do Sudeste brasileiro viam na ascensão de grupos produtivos no Acre e da borracha na participação econômica do país uma concorrência preocupante. A participação da borracha no conjunto das exportações brasileiras, que era de 10% em 1890, passou a 20% em 1900 e chegou a 40% em 1910. A borracha rivalizava, assim, com o café, cuja participação caíra de 68%, em 1890, para 57%, em 1900, e não passava de 41%, em 1910 (SANTOS, 1980). A estrutura política oligárquica da República Velha pressionava o Governo Federal a sustentar os interesses dos cafeicultores, enquanto o Governo de Manaus e os acreanos atuavam em um ambiente à parte, política e economicamente isolado do resto do país. As aspirações do Governo Federal ao controle dos lucros provenientes da exploração de látex não se concretizariam caso os “barões da borracha” mantivessem tamanha autoridade na região. Além disso, os cafeicultores temiam pela perda de sua influência político-administrativa frente aos detentores da produção de borracha, cuja crescente participação na renda brasileira poderia se refletir em mudanças no cenário político do país (ALVES, 2005).

O governo Brasileiro estava ciente de que os bolivianos tinham poucas condições de controlar, manter e desenvolver o território acreano. A Bolívia, por sua vez, enfrentava dificuldades em conter os revoltosos com as próprias forças, o que acarretava em grande ônus militar e econômico, levando-a a aceitar prontamente o apoio estrangeiro. O final do século XIX foi marcado na história brasileira por conturbações sociais em diversos pontos do país, notadamente a Revolução Federalista

(1893-1895) e a Guerra de Canudos (1893-1897). Ora, uma nova revolta trazia ao Governo Federal reminiscências de conflitos sangrentos e por vezes autonomistas (conquistada na 2ª insurgência acreana), cuja repressão se fazia necessária em prol da unidade política do país. De fato, quando Galvez hasteia a bandeira acreana e proclama a criação do Estado Independente do Acre, tão logo as autoridades brasileiras respondem com o envio de flotilhas à região (JÚNIOR, 2003).

A repressão das autoridades brasileiras contra a Revolução Acreana, desencadeada em 1899 devido à ocupação autorizada e instalação de Puerto Alonso em território acreano, já era motivo de indignação à época, sendo um de seus principais críticos Rui Barbosa, o qual defendia a opinião de que a ocupação boliviana equivalia a uma invasão ao território nacional brasileiro, argumento reforçado pela doutrina *utis possidetis*. Para ele, nunca o governo brasileiro havia tomado uma posição tão contrária à defesa de suas próprias terras, de suas fronteiras e de sua população. Havia, portanto, uma troca de papéis: “É a nação que despreza o seu território à usurpação estrangeira, enquanto as localidades o reivindicam” (OCRB, 1975). A união de fatores como um contexto diplomático de aproximação aos Estados Unidos e a possibilidade de um confronto direto com este país; o isolacionismo da região acreana em relação ao centro econômico e político brasileiro; um sistema político baseado no poder da cafeicultura e seu temor frente às revoltas regionais que seguidamente eclodiam no país, fornecem uma base para a compreensão da posição adotada pelo Governo Federal contra a Revolução Acreana.

2.4 O Bolivian Syndicate e a Internacionalização dos Interesses acerca da Questão do Acre

A questão do Acre aparentemente constituía-se apenas em uma contenda bilateral entre a Bolívia e o Brasil, entretanto, este impasse estava imerso nos entremeios de um tabuleiro estratégico muito mais complexo, moldando a nova balança de poder e de interesses que se configurava na América do Sul. Neste contexto, a Bolívia estava em situação de clara desvantagem, ameaçada territorialmente pelo Brasil no Acre, pelo Chile no Pacífico, pelo Peru no Titicaca e pela Argentina no Atacama. Para garantir a continuidade de sua existência, o país andino apelou para a concessão de parte de seu território legal a uma companhia de capitais essencialmente norte-americanos, acreditando que assim conseguiria o apoio político dos Estados Unidos nos litígios territoriais que enfrentava. A busca do apoio estadunidense não foi fortuita; pelo contrário, foi fruto de um projeto meticulosamente orquestrado por bolivianos e americanos, que visava atender os projetos imperialistas deste e garantir a segurança territorial daquele.

Neste contexto, em 1901, foi assinado em Londres, o protocolo pelo qual o Acre passaria,

pelo prazo de 30 anos, à administração do Bolivian Syndicate, uma espécie de companhia colonial privilegiada ou chartered company. Segundo o tratado, seria transferida a plenitude da soberania do Acre ao sindicato, que gozaria de amplos poderes sobre a região, dentre os quais, destacam-se:

1. Direito de explorar economicamente e administrar quaisquer negócios dentro dos limites territoriais do Acre;
2. Direito de manter força armada para a conservação da ordem interna;
3. Direito de manter força naval para a defesa dos rios;
4. Direito exclusivo de comprar, vender e regularizar propriedades na região;
5. Direito de navegar livremente nas águas da região concedida.

O arrendamento do Acre a uma companhia de capitais essencialmente norte-americanos preocupou o Brasil e toda a porção sul do continente, em um momento em que ambos estavam desconfortáveis com a expansão imperialista estadunidense na América do Sul. Dentro deste contexto, percebia-se o interesse do presidente Theodore Roosevelt em expandir a sua área de influência para a porção meridional das Américas e em instituir nestes países uma condição de dependência em relação aos Estados Unidos, utilizando as famosas políticas do *Big Stick* e da Diplomacia do Dólar, como corolário da Doutrina Roosevelt. Contar com autonomia sobre o Acre se constituía em mais um importante passo da diplomacia estadunidense rumo aos seus objetivos imperialistas na região, que ainda presenciaria interferências *yankees* na Nicarágua, Panamá, Colômbia, Cuba e Porto Rico. Além disso, havia esperanças de que a dominação do Acre poderia vir a facilitar a obtenção da livre-navegação no Rio Amazonas, abrindo-o ao comércio e à exploração, o que já vinha sendo tentado há décadas, porém, sem sucesso (VERA, 2008).

Assim sendo, a diplomacia brasileira, levando em conta a configuração geopolítica da época, interpretou a concessão como uma ameaça à soberania nacional e aos seus interesses na região. Como forma de retaliação, tão logo soube do arrendamento, o Ministério das Relações Exteriores proibiu a navegação de embarcações estrangeiras no Rio Amazonas, inviabilizando qualquer operação do Bolivian Syndicate. Tal episódio gerou protestos na Bolívia, Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e em outros países detentores de capitais da companhia. O Chile acabou mostrando simpatia ao Brasil, já que ambos disputavam territórios com a Bolívia e sabiam que a presença americana na região seria prejudicial aos seus interesses. Em meio à situação de turbulências diplomáticas, a luta no Acre reacendeu-se com um novo levante armado comandado pelo gaúcho José Plácido de Castro.

Dentro deste contexto, em que a questão do Acre atingia o seu clímax, foi que o Barão de Rio Branco assumiu, em 1902, o Ministério das Relações Exteriores. O novo chanceler brasileiro, devido à instabilidade da conjuntura e do episódio de concessão do território, propôs uma nova

interpretação do Tratado de Ayacucho, modificando imediatamente a orientação até então seguida pelo Brasil, que agora passa a considerar o Acre como uma região brasileira e a negociar em vista de sua incorporação oficial ao território nacional. Assim sendo, a posse de Rio Branco, aliada ao episódio do sindicato, contribuiu para que a diplomacia brasileira mudasse seu ponto de vista, posicionando-se de maneira mais favorável à causa dos insurgentes acreanos, em detrimento da causa boliviana. No momento em que Rio Branco passou e reivindicar aquela região para o Brasil, as instabilidades político-diplomáticas estouraram e o conflito afigurou-se inevitável e iminente (ANDRADE & LIMOEIRO, 2003).

Depois de seis meses de presença militar brasileira, com alguns conflitos neste interlúdio, a Bolívia percebeu que não contaria com o auxílio direto dos EUA e que, portanto, não teria chances contra o Brasil no campo de batalhas. O Bolivian Syndicate também intuía a impossibilidade de levar adiante o arrendamento do território. Desta forma, percebendo a vantagem brasileira no litígio, a Bolívia, os EUA e a Grã-Bretanha uniram-se e utilizaram da confluência de seus interesses para pressionar o Brasil a aceitar que o impasse fosse levado à arbitragem internacional. Estes países acreditavam que conseguiriam alcançar um resultado mais favorável para si caso fosse utilizado o arbitramento. Rio Branco, por outro lado, também suspeitava que o Brasil seria prejudicado com a arbitragem, já que durante 36 anos o governo brasileiro reconheceu o Acre como sendo boliviano. Em vista disso, a diplomacia brasileira agiu com coerência e evitou o arbitramento, com a finalidade de negociar o litígio de maneira independente e bilateral, primeiramente com o Syndicate e depois com a Bolívia, por acreditar que assim alcançaria os resultados mais favoráveis (JÚNIOR, 2003). E foi exatamente utilizando esta estratégia que Rio Branco teve o grande mérito de transferir o confronto de um possível campo de batalhas para a mesa de negociações, mérito esse que culminou no Tratado de Petrópolis.

Nesta época, o Bolivian Syndicate percebera que provavelmente jamais conseguiria iniciar as suas atividades e que a Bolívia tampouco poderia indenizar-lhes pela rescisão do contrato, portanto, o sindicato começa a negociar diretamente com o Brasil e a reclamar uma indenização de US\$ 1 milhão. Com o passar do tempo, a posição do sindicato foi se enfraquecendo, já que perceberam que jamais conseguiriam efetivar o empreendimento e que as forças militares de Plácido de Castro não seriam vencidas pelo precário exército boliviano. Assim, o sindicato reduziu pela metade a sua pretensão financeira e Rio Branco aquiesceu em pagar US\$ 550.000 para os sócios da companhia. A indenização brasileira, apesar de não ser estritamente necessária, já que o contrato era boliviano e que o Syndicate nem estava mais ativo, constitui-se em uma decisão diplomática de grande sucesso. Tal iniciativa mostrou a moralidade do Brasil e sua boa vontade diplomática, causando uma imagem

positiva perante os governos dos EUA e da Europa. Além disso, e ainda mais importante para o desfecho final do episódio, a indenização tirou de vez os *players* norte-americanos e europeus do tabuleiro estratégico do litígio acreano, deixando livre o caminho para uma negociação direta entre o Brasil e a Bolívia. Assim, o a diplomacia brasileira atingiu o primeiro de seus objetivos traçados e agora caminharia rumo ao segundo passo – as negociação com a Bolívia (VERA, 2008).

Levando em conta a nova disposição geopolítica do litígio, o presidente boliviano viu-se compelido a aceitar as condições brasileiras. A decisão em acatar a proposta brasileira deu-se levando em conta uma confluência de agravantes que, em maior ou menor grau, enfraqueceram a posição boliviana e induziram o governo na sua tomada de decisão. Cabe destacar os seguintes fatores:

1. A Bolívia não conseguiria manter sua soberania sobre a região do Acre, especialmente no momento em que os norte-americanos saíram de cena e as tropas de Plácido de Castro dominavam o *heartland* da região;
2. O Acre nunca foi um território de grande importância para a Bolívia; seus grandes centros populacionais ficavam distantes da região acreana e o ônus para mantê-la seria por demais elevado, especialmente porque conflitos futuros poderiam vir a surgir;
3. A Bolívia estava sofrendo ameaças em outros territórios que eram de maior importância estratégica a longo prazo, como a saída para o Pacífico por Antofagasta e a região de Santa Cruz de la Sierra;
4. O Brasil estava disposto a negociar diplomaticamente a aquisição do Acre e oferecer uma série de compensações em troca da incorporação do território. De certa maneira, a proposta pode ter soado interessante já que, na prática, a Bolívia detinha uma soberania questionável sob a região.

Dadas estas pré-condições, a diplomacia boliviana inclinou-se para um acordo com o Brasil e, em 1903, o Barão de Rio Branco conduziu as negociações visando alcançar uma solução definitiva. No mesmo ano, Brasil e Bolívia celebraram o Tratado de Petrópolis, mediante o qual o Brasil ficou com a quase totalidade dos territórios da região acreana. Como contrapartida, foi oferecida uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas, uma pequena faixa territorial do Mato Grosso e o compromisso de construção da Ferrovia Madeira-Mamoré. O Brasil honrou com todos os compromissos que adquirira no Tratado de Petrópolis e o desfecho final acabou sendo positivo para ambos os países (ANDRADE & LIMOEIRO, 2003).

A questão do Acre, contudo, ainda continuaria ativa. Ao longo das negociações do Tratado de Petrópolis, o Governo peruano manifestava suas pretensões de participar nos debates e de reclamar territórios para si. O Barão de Rio Branco, evitando lutar em duas frentes e temeroso de que um

impasse com o Peru levasse a questão à arbitragem, se comprometeu em resolver posteriormente a questão peruana. Somente depois da assinatura do Tratado de Petrópolis, o ministro se voltou para as demandas do Governo de Lima, que reclamava territórios cedidos pela Bolívia ao Brasil ainda no Tratado de Ayacucho. O governo peruano enviou tropas para os territórios demandados, recebendo a recusa peremptória de negociação por parte do Barão de Rio Branco enquanto as tropas peruanas se mantivessem na região. Dessa forma, por ordens do Presidente Rodrigues Alves, foram deslocadas tropas para a região ocupada com ordens de atacar, caso as tropas peruanas não se retirassem (VERA, 2008).

O governo peruano, entre 1907 e 1908, se mostrou disposto a dar fim à querela, solicitando reparação financeira ao Brasil, assim como havia sido feito em relação à Bolívia. O pedido foi negado por Rio Branco, ao declarar que, diferentemente da Bolívia, os peruanos não possuíam títulos de terra e não haviam firmado com o Brasil nenhum acordo que lhes concedesse quaisquer direitos sobre o território acreano. O Ministro brasileiro estabeleceu, assim, uma proposta de cessão ao Peru de uma área triangular formada pelos rios Curanja, Santa Rosa e Purus (ALVES, 2005). Finalmente, em setembro de 1909, o Ministro das Relações Exteriores do Peru, Hernán Velarde assinou com o Barão de Rio Branco, sigilosamente, o Tratado do Rio de Janeiro, que cedeu ao Peru uma área de 40.000 km² e permitiu ao Brasil a ampliação definitiva do seu território em 152.000 km², encerrando, finalmente, a Questão do Acre.

3 Considerações finais

A Questão Acreana, que aparentava ser apenas uma contenda bilateral entre Bolívia e Brasil, era, entretanto, um impasse imerso nos entremeios de um tabuleiro estratégico muito mais complexo, moldando a nova balança de poder e de interesses que se configurava na América do Sul. Neste contexto, a Bolívia estava em situação de clara desvantagem, ameaçada territorialmente pelo Brasil no Acre, pelo Chile no Pacífico, pelo Peru no Titicaca e pela Argentina no Atacama.

No que tange aos conflitos entre o Governo Federal brasileiro e os insurgentes acreanos nos anos de 1899 e 1900, nota-se uma série de fatores que levaram o primeiro a assumir posição de apoio à Bolívia e repressão contra seus nacionais. O contexto externo indica uma aproximação aos Estados Unidos, declaradamente aliados à Bolívia nesta questão, e que haviam identificado na próspera região uma forma de inserção no rentável mercado da borracha. No âmbito interno, o isolacionismo político do Acre, frente a um sistema de poder oligárquico baseado na produção de café e ao tumultuado ambiente revolucionário do país no final do século XIX, levou as autoridades brasileiras a prontamente reprimir a nova insurgência. Para garantir a continuidade de sua existência, a Bolívia

apelou para a concessão de parte de seu território legal a uma companhia de capitais essencialmente norte-americanos, acreditando que assim conseguiria o apoio político dos Estados Unidos nos litígios territoriais que enfrentava. A busca do apoio estadunidense não foi fortuita; pelo contrário, foi fruto de um projeto meticulosamente orquestrado por bolivianos e americanos, que visava atender os projetos imperialistas deste e garantir a segurança territorial daquele.

Fica claro, portanto, que a Questão Acreana além de ter sido fundamental para a ampliação e configuração atual do território brasileiro, fruto do brilhantismo político e diplomático do Barão de Rio Branco e de Rui Barbosa, foi marcada por uma inflexão da posição brasileira em relação ao território acreano com a criação do *Bolivian Syndicate*. Antes do surgimento desta companhia o Brasil interpretava a região acreana como sendo parte legal do território soberano de Sucre, pressionado ainda pelo contexto político interno e externo. Com o surgimento da possibilidade de instalação de uma companhia essencialmente norte-americana na região, o Brasil vê a sua soberania territorial, bem como seus interesses econômicos, ameaçados pela expansão imperialista estadunidense que se alastrava pelo continente. É nesse momento, portanto, que o Governo brasileiro altera suas considerações acerca do território em disputa, firmemente reivindicando sua posse legal nas negociações internacionais.

Referências

- ALVES, Flávia Lima. "O Tratado de Petrópolis: Interiorização do conflito de fronteiras". www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewFile/22127/21691 (Consultado em 14-22/05/2010).
- ANDRADE, José & LIMOEIRO, Danilo. (2003). "Rui Barbosa e a Política Externa Brasileira: Considerações Sobre a Questão Acreana e o Tratado de Petrópolis (1903)". In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, nº 001.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz (2000). "O Barão de Rothschild e a questão do Acre". In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, nº 002.
- JÚNIOR, Geraldo Mesquita. "O Tratado de Petrópolis e o Congresso Nacional". <http://www.senado.gov.br/web/senador/geraldomesquita/Textos/trat.pdf>. (Consultado em 12-30/05/2010).
- BARBOSA, Rui (1975). *Obras Completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Fundação Casa de Rui Barbosa.
- RICARDO, Cassiano (1954). *O Tratado de Petrópolis*. vols. I e II. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores.
- SANTOS, Roberto (1980). *O. História econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- TURNER, Frederick Jackson (1996). *The frontier in American History*. New York: Dover Publications.
- VERA, Cristián Garay (2008). "El Acre y los Asuntos del Pacífico: Bolivia, Brasil, Chile y Estados Unidos, 1898-1909". In: *Historiano*, vol. 41..
- VERA, Loreto Correa & VERA, Cristián Garay (2007). "Bolivia en dos frentes: las negociaciones de los tratados de acre y de límites con Chile". In: *Revista Universum*, vol. 1.